

Sociologia da Literatura: tradições e tendências contemporâneas

Paulo Cesar Alves (UFBA)*

Andréa Borges Leão (UFC)**

Ana Lúcia Teixeira (UNIFESP)***

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo traçar um rápido panorama histórico dos principais vetores teórico-metodológicos desenvolvidos no que é usualmente chamado de “sociologia da literatura”. Em primeiro lugar, chama atenção para a crescente produção bibliográfica sobre essa temática. Identifica três grandes tendências nesses estudos: a “estética sociológica”, a “crítica literária” e a “pesquisa histórica”. Por último, analisa as reviravoltas teóricas ocorridas nos fins do Século XX (as “novas sociologias”) e suas implicações para a constituição de uma área de pesquisa sobre literatura. Nessa perspectiva, o principal interesse é compreender as diferentes práticas envolvidas nos distintos trajetos que enfeixam o fenômeno “literário”. A maior inserção dos trabalhos sobre literatura nos cursos de sociologia tem contribuído para que essa área de pesquisa se torne mais autônoma, uma autonomia resultante das interseções entre diferentes áreas das ciências humanas e sociais.

Palavras-chave: Sociologia da Literatura; “novas sociologias”; mundo da literatura.

* Professor titular em Sociologia da Universidade Federal da Bahia (1999). Foi professor visitante nas Universidades de St. Andrews (Escócia), Buenos Aires, La Republica (Uruguai) e de algumas universidades brasileiras. Tem experiência na área da sociologia e antropologia da saúde, atuando principalmente nos seguintes temas: narrativa de doença; itinerário terapêuticos; literatura, arte e medicina.

** Professora de Sociologia do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Pesquisadora do CNPq.

*** Professora de Sociologia do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da mesma universidade e membro do comitê executivo do Research Committee 37 (Sociology of Arts) da International Sociological Association (ISA).

ABSTRACT

SOCIOLOGY OF LITERATURE: TRADITION AND CONTEMPORARY TRENDS.

The paper aims to present a brief historical overview of the main theoretical and methodological axis that compose what is usually called Sociology of Literature. It is divided into three sections. The first draws attention to the growing number of published works on the subject. The second identifies three main trends in the field: “aesthetic sociology”, “literary criticism” and “historical research”. The final section analyses the theoretical upheavals of the late 20th century (the “new sociologies”) and their contributions for the development of a field of research on literature. From the perspective of these new theories the main goal of the sociology of literature is to understand the different practices involved in the trajectories that circumscribe the literary phenomenon. The greater presence of works on literature in sociology syllabus has contributed to the growing autonomy of this field of research, an autonomy which results from intersections between different areas of the social and human sciences.

Keywords: sociology of literature; “new sociologies”; world of literature.

Introdução. Panorama sócio-histórico

O presente artigo tem como objetivo traçar um rápido panorama histórico da “Sociologia da Literatura”. Pretendemos desenvolver um “olhar de sobrevo” que tem como alvo a produção sociológica sobre “questões literárias”, ou seja, uma tentativa de ver, de forma ampla, alguns dos vetores teórico-metodológicos desenvolvidos no que é usualmente chamado de “sociologia da literatura”. Tal olhar pode nos permitir elaborar uma perspectiva analítica para compreender a contribuição brasileira na área de estudo. Assim, propomos no presente artigo estabelecer um plano de análise – um “corte” – que nos permita apreender certos aspectos da crescente e heterogênea produção brasileira sobre as controvertidas relações entre “literatura e sociedade”¹.

A primeira observação a ser levada em devida consideração diz respeito à complexidade da produção bibliográfica designada geralmente como “sociologia da literatura”. Embora exista uma história propriamente sociológi-

1 Conforme observam Botelho e Hoelz (2016), “afirmar que as relações entre literatura e sociedade são o tema da sociologia da literatura, mais do que uma definição convencional, provavelmente dicionarizada, pode reiterar uma falsa aparência de estabilidade onde antes existe controvérsia, e, pelo que tudo indica, sem qualquer consenso significativo à vista”.

ca dessa produção², a grande parte dos trabalhos realizados nessa área tem sido gestada muito mais pelas disciplinas “humanistas” (história, estética ou crítica) do que propriamente pelas ciências sociais. A institucionalização da sociologia da literatura nos departamentos/cursos de sociologia no Brasil é fenômeno recente. Há exceções significativas, é claro. A contribuição de Roger Bastide³, Antonio Candido (1945, 1965), Machado Neto (1973), Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976), Sérgio Miceli (1977, 1979), só para citar alguns dos grandes “pioneiros” na área, são exemplos fundamentais.

No Brasil, a grande referência na sociologia da literatura é Antonio Candido. Sua obra oferece um instrumental analítico capaz de elucidar o problema das homologias estruturais entre criação literária, sociedade e cultura. A fortuna sociológica do autor indica um programa de pesquisa inovador. Em *Literatura e Sociedade*, de 1965, são desenhados os contornos da literatura enquanto sistema simbólico de comunicação. Para o sociólogo, os componentes estruturantes de uma obra situam-se nos diversos momentos da sua produção, quer dizer, no trabalho do autor socialmente posicionado, no texto que incorpora significados e pontos de vista coletivos e no público de leitores que, ao mesmo tempo em que contribui com a construção de significados, sofre os efeitos da recepção. Dialogando com a problemática dos reflexos, a literatura, na obra de Antonio Candido, torna-se prática social que envolve uma série de mediadores. Assim, as dicotomias tradicionais entre fatores externos e internos se desfazem e, nas palavras de Candido (2006, p. 6), “sabemos que o externo (no caso, o social) importa não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, interno”.

Ora, se uma obra não se realiza inteiramente no funcionamento autônomo da linguagem ou no projeto e intenção de seu autor, mas nos mecanismos de funcionamento da cultura, o método de estudo da forma literária no

2 Cabem mencionar, por exemplo, as contribuições de J. M. Guyaus (“A arte do ponto de vista sociológico”, 1887), Charles Lalo (“L’art et la vie sociale”, 1921), Levin Schücking (“The Sociology of Literary Taste”, 1923), Q. D. Leavis (“Fiction and the Reading Public”, 1932), Lionel Trilling (“The Liberal Imagination”, 1950), Malcolm Cowley (“The Literary Situation”, 1954), Richard Hoggart (“The uses of literacy”, 1957), Robert Éscarpit (“Sociologie de la littérature”, 1958), Lucien Goldmann (“Pour une sociologie du roman”, 1964), Lewis Coser (“Men of ideas”, 1965).

3 No período em que esteve no Brasil (1938 a 1954), Roger Bastide publicou uma série de artigos relacionados à literatura. Toda a sua produção bibliográfica na área está disponível na coletânea organizada por Gloria Carneiro do Amaral (2010).

romance de José de Alencar e Machado de Assis, apresentado por Roberto Schwarz (1990), é mais uma via promissora de interpretação. Tão pertinente como o modelo do sistema literário, e igualmente afastando-se do enfoque da obra como suporte de reflexo da realidade, o modelo de Schwarz encontra os pontos de vistas sobre a dinâmica da sociedade brasileira nas regras de composição da narrativa romanesca. Com ele, a sociologia da literatura encontra a sociologia da cultura e nos damos conta de que, como hoje afirma Gisele Sapiro (2014, p. 51), os significados de uma obra residem nos espaços de possíveis nacionais e internacionais, cujos contornos são traçados pelo conjunto da produção simbólica do passado e do presente onde se situam as suas publicações. E ainda mais, com Roberto Schwarz, a sociologia da literatura estabelece elos com o pensamento social no Brasil. Se não, vejamos.

Um ponto importante nos grandes debates enfrentados pelos intérpretes da formação social brasileira diz respeito às trocas e aos empréstimos entre o país e a Europa. Logo no início do século XIX, após a abertura dos portos, intensificam-se as várias direções e sentidos da circulação transnacional de indivíduos e produtos culturais, acrescentando ao debate a ideia comum da penúria e do atraso da vida intelectual brasileira. A imediata consequência é o argumento sobre o caráter periférico e dependente da recepção cultural no Brasil. O horizonte aberto por Schwarz no estudo sobre o funcionamento do mundo das ideias – marcas de distinção liberal em convívio com a ordem escravocrata – cria a expectativa de uma sociologia comparada da literatura ao problematizar os contatos transnacionais da ficção nacional. Se a vida ideológica no primeiro momento de modernização da sociedade brasileira foi regida pela lógica do favor e alicerçada num modo de apropriação que em nada interferia na ordem social escravocrata, devia-se ao fato de termos sido “ávidos consumidores de teoria”, nas palavras do autor (SCHWARZ, 2009, p. 67). A lógica de desencaxe nos usos imediatos e irrefletidos de tudo o que vinha de fora, sem dúvida, revelava uma situação de dependência e pacto colonial em relação à Europa. Mas, por outro ângulo, revela certa simultaneidade entre a produção europeia – impressos, livros e modelos estéticos ingleses e franceses – e a sua recepção por intelectuais e escritores brasileiros. Ora, a experiência da transmissão simultânea põe em cheque o consumo atrasado como um dos mecanismos de funcionamento da cultura no Brasil. Se, na perspectiva de Schwarz, as ideias importadas estavam fora de centro em relação a seus usos nos países de origem, não significa que

os circuitos transnacionais de circulação e apropriação ensejassem apenas a imitação e cópia servil. Embora não tenha sido do seu interesse tratar do protocolo da circulação da cultura, com todas as assimetrias e inadequações nas modalidades de diálogo das literaturas periféricas com as de países capitalistas centrais, e, muito menos, fazer da dependência nacional uma interdependência global, seus ensaios trazem observações atualíssimas e de grande rendimento para a sociologia da literatura e da cultura.

É a partir da última década do século XX que surge dos departamentos/cursos de ciências sociais, particularmente em sociologia, uma crescente sistematização de grupos e linhas de pesquisas nessa área. Esse fenômeno pode ser constatado pela maior regularidade na produção bibliográfica⁴, nas monografias, dissertações, teses; o crescimento de números de artigos e números temáticos sobre questões literárias publicados em revistas sociológicas ou de ciências sociais⁵; a maior oferta (e procura) de disciplinas sobre questões relacionadas às interseções entre literatura e ciências sociais. O interesse pela sociologia da literatura tem atraído pesquisadores de diferentes áreas das ciências sociais.

O CNPq e a CAPES oficializaram recentemente, nos seus sistemas classificatórios, a Sociologia da Literatura como uma subárea específica. Uma simples busca no portal do CNPq revela existir atualmente um número significativo de pesquisadores/professores (doutores brasileiros) interessados no assunto. De acordo com o censo realizado por essa instituição em 2010, 6.463 desses pesquisadores apresentaram como palavra-chave nas suas produções intelectuais a expressão “literatura e ciências sociais”; 1.230 recorreram ao termo “ficção e ciências sociais”; 12.550 a “política e literatura”; 3.321 a “sociologia da literatura”; 2.901 a “antropologia da literatura”. Desnecessário dizer, essas expressões são bastante genéricas e não nos informam muitas coisas. É interessante observar, contudo, que a visibilidade

4 Como exemplos, cabem destacar as coletâneas organizadas por Rogério Ferreira & Terezinha Pereira (“Literatura & Política”, 2012), Márcia Abreu & Nelson Schapochnik (“Cultura letrada no Brasil”, 2005) e Heidrun K. Olinto & Karl E. Schollhammer (“Literatura e cultura”, 2003), os trabalhos de Sergio Miceli & Heloisa Pontes (“Cultura e Sociedade”, 2014), Ricardo Rizzo (“Sobre rochedos moveiços”, 2012), Maria de Lourdes Eleutério (“Vidas de romance”, 2005), André Botelho (“Aprendizado do Brasil”, 2002), Maria Cristina Machado (“Lima Barreto. Um pensador social na Primeira República”, 2002), Lilia Shwarcz (“A longa viagem da biblioteca dos reis”, 2002; “Lima Barreto, triste visionário”, 2017), entre tantos outros.

5 Podem-se destacar, como exemplos, dois números temáticos dedicados à literatura realizados pela Revista de Ciências Sociais, em 2007 e 2013.

dessa produção ainda engatinha nos congressos e encontros nacionais da área, como a ANPOCS e SBS. Os primeiros agrupamentos específicos de pesquisadores interessados na temática literatura e sociedade surgem com o Simpósio de Pesquisa Pós-Graduada (ANPOCS de 2014), com o Seminário Temático (ANPOCS de 2016) e com o Grupo de Trabalho (SBS de 2017). Até então, os trabalhos de “sociologia da literatura” estavam espalhados em diversos outros grupos.

Vários fatores explicam a demora da institucionalização dessa disciplina nos departamentos/cursos de ciências sociais. Um deles, por exemplo, diz respeito ao fato de que os grandes formadores - os “clássicos” - da sociologia concederam um lugar marginal às questões estéticas. Comte, Marx, Durkheim, Tarde Simmel e Weber⁶ muito pouco falaram sobre a literatura. Esse fator deve ter contribuído para que as discussões sobre literatura e sociedade fossem alocadas nas disciplinas “humanistas”. Nesse sentido, no processo de constituição de uma área temática sobre literatura nos departamentos e cursos de ciências sociais, nossos pesquisadores absorvem de forma significativa a vasta contribuição dos estudos humanísticos⁷. Mas, cabe enfatizar, também fornecem importantes subsídios a esses estudos. Os intercâmbios entre eles são de tal monta que fica difícil enquadrar a “sociologia da literatura” em uma única disciplina.

Perspectivas teórico-metodológicas

Olhando de sobrevoos, é possível identificar três grandes tendências teóricas produzidas pelas disciplinas humanistas, tendências estas que muitas vezes se entrecruzam. Notem que o desenho aqui apresentado dessas tendências não envolve um gesto classificador, antes, configura-se como uma cartografia cujo objetivo é o de orientar o leitor por certas linhas teóricas em torno das quais orbitam, de forma singular e diferenciada, os autores que mencionaremos.

6 Embora Weber tenha expressado mais de uma vez seu interesse em produzir uma sociologia da arte (Cf. Marianne Weber, 1994, 1995), seu único trabalho sobre manifestações artísticas, publicado postumamente graças aos esforços de Marianne Weber e Theodor Kroyer, é o ensaio *Fundamentos Racionais e Sociológicos da Música* (1995).

7 De uma maneira geral, as principais referências bibliográficas dos nossos cientistas sociais, além de Bourdieu e Foucault, são Bakhtin, Benjamim, Adorno, Lukács, Raymond Williams e Edward Said.

Em primeiro lugar, temos as correntes da “estética sociológica”, que tendem a desidealizar a obra literária, creditando-a a fatores sociais. Fundamentam-se, em última instância, na delimitação das condições sociais, culturais e materiais presentes na obra literária. Ao acrescentar o elemento “sociedade” ou “cultura” na relação obra-artista, a “estética sociológica” considera a literatura como a evidência de aspectos do mundo social⁸. Nessa perspectiva, é importante destacar a imensa contribuição dos estudos marxistas que, usualmente, estão às voltas com a compreensão histórica da literatura, com a produção literária e com suas “implicações políticas” (a partir de dentro das formas artísticas) para identificar e analisar lutas e contradições políticas.

A segunda, mantendo um estreito diálogo com a “estética sociológica”, refere-se aos trabalhos fundamentados pela “crítica literária”. O leque de estudos dessa tendência é amplo, diversificado e tem, ao longo do tempo, ampliado de forma significativa seu objeto de análise⁹. A princípio, essa perspectiva se interessa por analisar “qualidades estéticas”, “mudanças estilísticas”. Propõe principalmente delimitar o que constitui uma “grande” obra, usualmente atribuindo a ela um “mistério”, uma “aura”, uma “sagrada singularidade”. Nessa perspectiva, a análise da “obra literária” é realizada por elementos formais da arte: técnicas, gêneros, relações sintagmáticas, conteúdo da linguagem e influências estéticas. Contudo, a “crítica literária” também privilegia uma discussão sobre a inscrição simbólica de elementos sociais na literatura, ou seja, toma o texto literário como plano em que se inscrevem aspectos sociais singulares, posto que constituídos dentro de uma determinada “forma”. Nesse sentido, analisa as obras para compreender questões que as excedem, mas que nelas adquirem um perfil específico, ele próprio de caráter social. A análise da obra, nesses casos, tem, como objeto último de compreensão, aspectos so-

8 Os grandes clássicos dessa corrente são, por exemplo, Geoges Plekhanov, Georges Lukács, Theodor Adorno, Walter Benjamin, Arnold Hauser, Luicien Goldmann, Pierre Francastel. Na contribuição brasileira, destacam-se, entre outros, Antônio Candido, Carlos Nelson Coutinho, Octavio Ianni, Leandro Konder, Nelson Werneck Sodré, Roberto Schwarz.

9 Pode-se agrupar nessa vertente alguns dos grandes clássicos da crítica, como os formalistas russos, Ortega y Gasset, René Wellek, Erich Auerbach, Ian Watt, Michel Zérafra, Mikhail Bakhtin, Roman Jakobson, Roland Barthes, Leo Spitzer, Paul de Man. No Brasil, contribuem nessa linha Otto Maria Carpeaux, Wilson Martins, José Guilherme Merquior, Álvaro Lins, Fernando Coutinho, Massaud Moisés, Flávio Kothe, Flora Sussekind, Alfred Bosi, Luiz Costa Lima.

ciais que somente por meio dela se podem acessar. Tal perspectiva abriga uma pluralidade metodológica de grande amplitude, que vai desde uma perspectiva materialista, tal como propõe Raymond Williams por meio do conceito de estrutura de sentimentos, até uma perspectiva genealógica que engata o texto literário a outras formas textuais com vistas à delimitação de um problema mais amplo que ajuda a compreender a especificidade de um determinado tempo histórico, como se vê em Michel Foucault. Estudos mais recentes se dedicam ainda ao esmiuçamento da obra literária como intérprete social, escandindo seus elementos constitutivos com o intuito de discutir, a um só tempo, um determinado problema de caráter sociológico e os limites do conhecimento cercado por barreiras disciplinares. Numa aproximação com a sociologia do conhecimento, a sociologia da literatura empreendida dessa forma, de alguma maneira, faz ecoarem as disputas da sociologia como disciplina em emergência no século XIX, a qual encontrava na literatura, tal como aponta Wolf Lepenies (1996), a analista social mais fortemente estruturada de seu tempo, ainda que dotada de uma legitimidade decrescente em face do conhecimento de caráter científico.

Por outro lado, temos os “estudos históricos”, os quais procuram superar a centralidade do “texto” (pressupostos nas duas vertentes anteriores) e voltam-se predominantemente para compreender formas de expressão de uma época, percursos intelectuais, status e identidade do artista, constituição de público, instituições sociais e culturais que viabilizam a criação da obra. Sem pretensões de criar uma “teoria da arte”, a história social amplia as investigações sobre questões relacionadas à literatura na sociedade. Investiga, através de métodos históricos, relações de inclusão do “mundo literário” nos contextos socioculturais (ver HEINICH, 2008)¹⁰.

Considerando que os modelos de elaboração das homologias entre literatura e sociedade são muito mais concorrentes do que propriamente autônomos, o diálogo com os historiadores nos leva ao enfrentamento de problemáticas relevantes. Não resta dúvida que a contribuição oferecida pela história cultural, notadamente a francesa, para a sociologia da litera-

10 Exemplos: Peter Burke, Christophe Charle, Michael Pollak, Roger Chartier, Robert Darton, Pau Bénichou. A contribuição brasileira nessa área é bastante significativa: Marlyse Meyer, Marisa Midore Deaecto, Marcia Abreu, Regina Zilberman, Sidney Chalhoub, Maurício Silva, Eliana de Freitas Dutra. A lista é imensa.

tura torna os objetos mais interessantes e vastos. A articulação indissociável entre a materialidade do texto – as formas dos suportes impressos ou digitais em que são dados a ler – e a textualidade das obras – os projetos e intervenções editoriais, os usos e as apropriações que delas fazem críticos e leitores – enriquece a apreensão dos significados da literatura. Para Roger Chartier (1990), a história cultural tem como propósito identificar os modos como, em diferentes espaços e temporalidades, as realidades sociais são construídas, pensadas e lidas. O caminho escolhido é o estudo das lutas de representação estruturantes na cultura escrita. Ou melhor, a pertinência operatória do conceito de representação oferecido por Pierre Bourdieu (1979) – esquemas mentais de classificação, apreensão e julgamento do mundo social, geradores de conflitos e concorrências – ganha força na reconstrução histórica dos mundos da literatura, sobretudo por mostrar a fragilidade da ideia de mentalidades universais e homogêneas. Assim, Chartier, na esteira de Bourdieu, toma as representações como matrizes dos discursos e práticas estruturantes do mundo social. Textos, livros e autores não poderiam se constituir, para o historiador da cultura, em entidades abstratas e universais, o que remete à problemática dos modos de produção, circulação e apropriação da obra literária, que liga justamente a criação estética na escrita ao livro como materialidade. Ora, o processo por meio do qual a significação de uma obra é construída porta uma historicidade e depende do pacto estabelecido entre os agentes responsáveis pela sua interpretação: autores, editores, livreiros, críticos e leitores. Para esta vertente, a escrita e a leitura estão inscritas nos modos de interiorização da objetividade, uma vez que, citando novamente o autor, “os textos encontram-se presos na rede contraditória das utilizações que o constituem historicamente” (CHARTIER, 1990, p. 59). A perspectiva da história cultural permite igualmente a articulação entre literatura e edição, criação e publicação, abrindo um vasto campo de pesquisa com o estudo dos arquivos editoriais e literários.

O fluxo de crescimento de grupos e linhas de pesquisas sobre literatura nos cursos de ciências sociais – como já mencionado, fenômeno que se desenvolve a partir dos fins do século XX – ocorre em um momento bastante significativo na história da teoria social contemporânea. As décadas de 1970-80 presenciam a emersão ou criação de uma plêiade de novas perspectivas teórico-metodológicas no campo das ciências sociais, época que

inaugura profundas reviravoltas na teoria social¹¹, momento em que se expressa, de forma mais visível, uma ânsia de examinar com novos olhos os cânones aceitos pelas teorias sociais produzidas nos meados do século XX, particularmente aquelas construídas após a Segunda Guerra, chamada por Picó (2003) de “idade de ouro da sociologia”. É a partir dos anos 70 que as obras de Michel Foucault, Pierre Bourdieu e Norbert Elias, por exemplo, passam a ter profundos impactos nos diversos campos das ciências sociais, de um modo geral, e nos estudos da cultura, de um modo particular, uma geração que estreita o diálogo entre a sociologia, a filosofia, a história, a psicologia e a linguística. Pierre Bourdieu (1990), por exemplo, elabora a teoria dos campos de produção literária, cuja lógica de organização orienta-se pela conquista de valores específicos e por lutas de autonomia dos escritores com relação à tutela do Estado e às injunções do mercado. É nesses espaços de posições relativamente autônomas que as escolhas estéticas são feitas e as obras são criadas em processos de formalização que objetivam as experiências individuais e coletivas dos escritores. Inicia-se um movimento mais sistemático para superar uma série de pares de conceitos clássicos (como subjetivo e objetivo, agente e estrutura, coletivo e individual, macrosociologia e microsociologia); expandem-se novos campos de pesquisas que ultrapassam as tradicionais fronteiras disciplinares. Trata-se de uma época em que Paul Feyerabend argumentava em seu livro “Contra o Método” (publicado em 1975) que todos os paradigmas científicos são equivalentes do ponto de vista lógico, não havendo uma maneira lógica de optar entre eles. É um momento em que se aposentam grandes clássicos da teoria social pós-

11 A chamada “crise da sociologia” dos anos 1970 e 1980 é fenômeno complexo, pois abarcou diferentes aspectos do universo intelectual, social e político do mundo ocidental. O processo de transformação da teoria social nas décadas de 1970 e 1980 é resultado de vários fluxos de ações que se agregam a partir das décadas após a Segunda Guerra. A partir de então, ampliam-se quantitativa e geograficamente instituições de ensino e pesquisa (fora do eixo Estados Unidos, Inglaterra, França e Alemanha), ampliação esta estimulada pela expansão econômica mundial, pela guerra fria, pela afirmação política de povos não europeus. Há uma maior popularização da sociologia (os estudos de “opinião pública” contribuíram para esse fenômeno); um crescimento das fontes de financiamento (tanto estatal quanto de fundações); as “revoluções culturais”, plasmadas pelas transformações materiais, de estilo de vida, de liberdades pessoais, de uma educação mais permissiva e democrática (as “revoltas estudantis” dos anos 60 são exemplos expressivos). Esses fenômenos contribuíram para a diversificação de temáticas e interesses na área da sociologia. É na década de 1970 que começa haver maior crítica ao “sociologismo” e seu fechamento às novas indagações filosóficas. É também o momento do declínio e das reformulações de teorias dominantes até então, como o funcionalismo, o estruturalismo, a semiótica, assim como as concepções nomotéticas das ciências e suas “metrificações metodológicas” (ver ALVES, 2010).

-guerra (como Parsons, Merton, Coser, Lazarsfeld) e uma nova geração passa a ocupar um lugar de destaque no cenário internacional.

É a partir das décadas de 1970-80 que surgem as “novas sociologias”, termo designado por Philippe Corcuff (2001) para agrupar correntes teórico-metodológicas como as sociologias de base fenomenológica e pragmatista, o interacionismo simbólico (Goffman, Blumer), a etnometodologia e a sociologia cognitiva (Garfinkel, Harvey Sacks, Aaron Cicourel), o neofuncionalismo (Alexander, Colomy), os “neomarxismos” (Elster, Laclau, Williams, Jameson). Algumas delas eram existentes antes desse período, mas somente nos fins do século XX passam a ser mais conhecidas internacionalmente.

No presente artigo, utilizamos o termo “novas sociologias” para nos referirmos exclusivamente a algumas das vertentes teóricas que ocupam um lugar cada vez mais importante no cenário acadêmico internacional, como as “teorias sociais associativas” (Bruno Latour, Michel Callon), a teoria da ação criativa (Hans Joas), o perspectivismo (Viveiros de Castro), as abordagens antropológicas de Tim Ingold e Marilyn Strathern e as concepções sociológicas de base fenomenológica (a exemplo da “sociologia existencial”, a etnometodologia e a análise conversacional). Mais especificamente, aquelas teorias influenciadas por Heidegger, Merleau-Ponty, Sartre, Gadamer, Alfred Schutz, Paul Ricouer, Willem James, John Dewey, Gabriel Tarde e Deleuze. Embora tenham pontos de vistas distintos, essas “novas sociologias” partilham de pressupostos que se diferenciam marcadamente da produção dominante dos “anos dourados” da sociologia. Nesse sentido, terminam por ampliar e ressignificar as complexas relações entre literatura e sociedade. E, com isso, abrem novas agendas de pesquisas.

É importante enfatizar que as “novas sociologias” não eliminam as tradições herdadas das disciplinas “humanísticas”. Convivem com elas, embora, nalgumas vezes, de forma conflitante. Mas, principalmente, apresentam resultados que, por sua vez, são também capturados pelas disciplinas humanísticas. A última sessão do presente artigo procurará discutir brevemente alguns dos principais pressupostos teórico-metodológicos dessas “novas sociologias” e sua contribuição para a constituição da “sociologia da literatura”. Nessa rápida análise, perguntamos também que agendas de pesquisas elas propõem.

Desdobramentos, desafios e novas agendas

Como já tem sido amplamente observado, as três últimas décadas do século XX marcam um importante ponto de inflexão para a teoria social (ver CORCUFF, 2001; ERICKSON; MURPHY, 2015; PICÓ, 2012; RITZER, 1991). Uma característica marcante desse movimento intelectual reside no diálogo crítico que mantém com a tradição sociológica dominante após Segunda Guerra, “os anos dourados da sociologia”, conforme expressa Picó (2003). Nesse movimento, cabe destacar o surgimento de um conjunto de teóricos e pesquisadores que procuram reformular questões de ordem ontológica (“o ser do social”) e epistemológica (“como conhecer esse ser”), conjunto esse que defende o pluralismo, a multidisciplinaridade e heterogeneidade no entendimento dos fenômenos sociais e, com isso, abre espaço para revitalização do imaginário sociológico, absorvendo (“capturando”) e reinstitucionalizando (“reterritorializando”) conhecimentos provenientes de outras áreas de saber. Corcuff (2001) denomina esse movimento de “novas sociologias”. As discussões levantadas por esses novos teóricos são potencialmente relevantes no processo de constituição da “sociologia da literatura” e contribuem para o processo de autonomização da “sociologia da literatura” com relação ao seu próprio objeto de estudo.

Dentre as “novas sociologias”, destacamos aquelas influenciadas pela fenomenologia/existencialismo, pelo pragmatismo ou por pensadores como Gabriel Tarde e Deleuze. Essas correntes das “novas sociologias” têm progressivamente se espalhado no mundo acadêmico. Não são prerrogativas exclusivas de pesquisadores alocados nos cursos de ciências sociais. Elas assumem diferentes configurações conceituais e desenvolvem problemáticas distintas entre si, o que torna tarefa difícil resumi-las. Mas, embora tenham diferentes abordagens para conceber o “fenômeno social”, comungam entre si um conjunto de pressupostos. Brevemente, procuramos nessa sessão identificar alguns desses pressupostos.

Em primeiro lugar, é importante indagar em que pontos essas “novas sociologias” se insurgem contra algumas premissas ontológicas e epistemológicas subjacentes nos “anos dourados da sociologia” (as décadas entre 1940 e 1970, aproximadamente). Para isso, é necessário resumir alguns pressupostos da teoria social produzida nesses anos.

O principal ponto de inflexão entre as “novas sociologias” e a tradição sociológica dos “anos dourados” está na concepção substancialista do “social”.

Uma premissa fundamental dessa tradição está na ideia de que o conhecimento científico deve apreender regularidades (estruturas, sistemas de relações) independentes das vontades ou consciências individuais. A ciência é essencialmente um empreendimento analítico e abstrato. Whitehead (2006) observa que, nessa concepção de ciência, os elementos de um todo (um conjunto de interações), do qual são isolados através de uma análise, não podem ser igualados às ocorrências concretas. Assim, os conceitos científicos são elaborados para selecionar certos traços da realidade, certas composições, que são privilegiados para estruturar nossas percepções e conhecimento do mundo. Toda teoria também tem que ser precisa, no sentido em que é inseparável da verificação. Nessa perspectiva, pressupõe-se que o conceito para ter base sólida, científica, é necessário que seja “operacionalizado”, submetido a operações lógicas (de prova) relativas aos objetos da experiência. “Dessa forma, o operacionismo fornece não apenas um critério de significação, mas um meio de descobrir ou de enunciar qual o significado de um conceito particular: basta que especifiquemos as operações que governam sua aplicação” (KAPLAN, 1975, p. 43). Em síntese, a sociologia deve se situar distante de qualquer noção derivada imediatamente da percepção, da experiência, da prática. A partir de casos particulares, empíricos, a sociologia, para explicá-los, deve se mover para o âmbito da completa abstração a partir de qualquer caso particular de que se está falando.

Como observa Bruno Latour (2007), para essa perspectiva analítica, o termo “social” designa um status estabilizado de acontecimentos, um conjunto de laços que, mais tarde, pode ser mobilizado para explicar outros fenômenos. É uma força específica que explica a durabilidade das relações humanas. Ou seja, o social é feito de algo (força, poder ou capacidade) com um certo nível de perdurabilidade. Em síntese, preocupado em reduzir a explicação sociológica à busca de regularidades dos fenômenos humanos, às caracterizações de forças específicas, a sociologia da “idade do ouro” perdeu do seu campo de vista justamente uma condição essencial do mundo humano: as ações concretas dos agentes, suas experiências e prática.

Assim, como bem observa Hannah Arendt, “quanto maior a distância entre o homem e o seu ambiente, o mundo ou a terra, mais ele pode observar e medir, e menos espaço mundano e terreno lhe restará” (2000, p. 263). Em outras palavras, quanto mais nos afastamos do que está perto de nós, mais terminamos por nos alienar do nosso ambiente imediato e terreno. Ao centrar

a reflexão sociológica na busca de regularidades objetivas (estruturas, leis, sistemas de relações etc.), corremos o risco de perder de vista a pluralidade humana, as distinções, as diferenças e as alteridades que marcam os atores e suas relações com o mundo. Uma preocupação central dessas “novas sociologias” é justamente a de não “perder o mundo”.

As “novas sociologias” partem do ponto de que é da propriedade humana a faculdade de agir, de iniciar processos novos e sem precedentes (embora necessariamente assentados em “contextos” pré-existent), cujo resultado é incerto e imprevisível. Fundamentam-se no princípio de que as ações humanas são “trajetos”, lidam com construções passadas (o mundo social se constrói a partir das condições diretamente dadas e herdadas do passado), construções que são atualizadas nas práticas e nas interações da vida cotidiana dos atores (as formas sociais passadas são apropriadas, reproduzidas e transformadas enquanto outras são inventadas) e são aberturas de campos de possibilidades no futuro (a herança passada e o trabalho cotidiano sempre abrem perspectivas para o futuro). Portanto, as ações humanas remetem aos processos de objetivação (os indivíduos e os grupos se servem de palavras, objetos, coisas, regras, instituições etc., legados pelas gerações anteriores, transformando-os e criando novas formas) e se inscrevem em mundos subjetivos e interiorizados (construídos de formas de sensibilidade, de percepção, de conhecimento, de prática). As ações carregam em si um potencial de violar limites e transpor fronteiras. Portanto, há sempre um componente de imprevisibilidade e incerteza nas ações. Isso não significa admitir que o dinamismo humano é um processo “cego”, algo que pode ser reduzido às meras acumulações de resultados aleatórios que se sedimentam ao longo da história. Nunca há despreendimento da ação no todo social e material. É justamente na integração, nos laços que unem as diferentes atividades humanas, que a ação humana é realizada. Nesse sentido, uma tarefa central das “novas sociologias” é justamente a de compreender os processos associativos – práticas – que os atores constroem para viabilizar seus mundos. Como argumenta Latour (2012, p. 71-74), “quando dizemos que algo é ‘social’ ou ‘tem dimensão social’, mobilizamos um acervo de características que, por assim dizer, marcham juntas independentemente de o acervo ser composto de tipos de entidades diversas (...) Para que as ciências sociais recuperem a energia inicial, cumpre *não* fundir todas as funções que assumem as ações numa função única de caráter social – ‘sociedade’, ‘cultura’,

‘estrutura’, ‘campos’, ‘indivíduos’ ou qualquer outro nome que se lhe dê. A ação deve permanecer como surpresa, mediação, acontecimento”. O social é, portanto, um agregado, vínculos de associação que podem ser reagrupados de várias maneiras, e não mais um objeto particular, “algo social” que executa a ação. Nesse sentido, a principal tarefa da sociologia é explicar as performances desenvolvidas por diferentes atores¹² na constituição de modos de existência. Assim, privilegiando as práticas de convivência, essas teorias des-substancializam as estruturas e sistemas sociais.

Além do mais, as “novas sociologias” diminuem o nível de consenso em torno das linhas de demarcação entre as ciências, sem que com isso tenha se eliminado a disciplinarização. As “novas sociologias” propõem fundamentalmente passagens de trocas com disciplinas vizinhas, além de estabelecer reconciliações e novas alianças entre posições até então tidas como antinômicas entre ciências da natureza, ciências humanas e filosofia.

Tendo em vista o breve resumo das posições ontológicas sobre o “social” assumidas por essas “novas sociologias”, cabe perguntar em que elas contribuem para o entendimento da “sociologia da literatura”. A sua contribuição é significativa¹³. Destacaremos apenas algumas delas, principalmente aquelas que dizem respeito à autonomia da “sociologia da literatura”.

Em primeiro lugar, ao priorizar as práticas de convivência (ações humanas), elas investem contra o “fetichismo” de conceitos tradicionalmente estabelecidos nos estudos sobre literatura, tais como “arte” e “o social”, como se existisse, de um lado, a “obra literária” e, por outro, a “sociedade” (estruturas, sistemas, padrões), cada uma delas guardando suas próprias especificidades. Não reduzem o estudo da literatura às “obras literárias”, à procura de realidades estéticas objetivas que estão inscritas nos textos e tampouco aos contextos em que essas obras são valorizadas. Subvertem hierarquias e não estão mais fascinadas pela “arte”. A obra não mais está restrita a uma

12 A expressão “ator”, em vez de ser fonte de um ato, refere-se a “o algo móvel de um amplo conjunto de entidades que enxameiam em sua direção (...) Empregar a palavra ‘ator’ significa que jamais fica claro quem ou o quê está atuando quando as pessoas atuam, pois o ator (...) nunca está sozinho ao atuar” (LATOURET, 2012, p. 75).

13 No caso brasileiro, pode-se destacar, por exemplo, a pesquisa realizada por Machado Neto, “Estrutura social da república das letras”, publicada em 1973. Um dos principais responsáveis por introduzir uma sociologia de base fenomenológica no Brasil, Machado Neto analisa a vida intelectual brasileira entre 1870-1930 através de diferentes planos explicativos, como meios de subsistência do literato, níveis de educação formal, condições políticas, público, salões, “coterias” literárias, protecionismos, perseguições e vigências intelectuais.

opinião preconcebida, particularmente pelo mundo erudito, pelos especialistas de arte. Heinich argumenta que “enredado nas hierarquias implícitas desse mundo erudito, o sociólogo, para que é natural a necessidade de interessar-se pela ‘obra’, corre o risco de não ver o que, nessa injunção, apenas reflete um paradigma do qual ele faz, inconscientemente, a base de sua postura epistemológica, em vez de estudá-lo, da mesma maneira que qualquer valor investido e veiculado pelos atores – fossem seus próprios pares na universidade” (2008, p. 128-29). Em síntese, ajudam a transgredir as fronteiras hierárquicas tradicionalmente estabelecidas nos estudos sobre literatura¹⁴.

A criação literária não é individual, mas coletiva. Além da obra em si, público, recepção, objetos, mediações, profissões, práticas culturais, comercialização, editoração e instituições são outras tantas dimensões que compõem o “acontecer” da literatura, sendo um mundo composto por uma massa de escritos, falas, acontecimentos, espaços e atividades acumuladas que delineiam um conjunto extraordinário de atores para formar, manter ou dissolver grupos e se constituindo em associações ou amalgamas que, na perspectiva sociológica, devem ser objeto de pesquisa empírica, examinado pelas problemáticas e métodos particulares dessa disciplina. Daí decorre a pertinência da “sociologia da literatura” pelo diálogo com outras instâncias temáticas da sociologia (do intelectual, das organizações, das profissões, do trabalho e outras). Em segundo lugar, as “novas sociologias” investem contra a “sociologia crítica”. Luc Boltanski, Laurent Thévenot e Bruno Latour são exemplos dessa postura. Desaprovam uma “sociologia crítica” que se fundamenta no pressuposto de que a sociologia tem a tarefa de “substituir” um objeto de estudo por um aparato “crítico”, crítica tida como necessária para “desmascarar” os obstáculos da verdade.

Preocupadas em pôr em evidência as lógicas subjacentes que conferem sua coerência às práticas tal como vividas pelos atores, as “novas sociologias” voltam-se para examinar as formas concretas pelas quais diferentes atores e grupos criam o “mundo da literatura”. O hegemonismo da obra literária tende a limitar os pesquisadores em escolhas exclusivas. As “novas sociologias” investem a favor da pluralidade das oposições, das perspectivas de se conceber o mundo literário, agora não mais encapsulado em nome de

14 Exemplos interessantes dessa postura são as pesquisas realizadas por Clovis Carvalho Britto (UFS), Alessandra El Far (Unifesp), Silvia Borelli (PUS-SP), Paulo Marcondes Soares (UFPE), Ariane Ewald (UERJ), Lília Schwarcz (USP), Leopoldo Waizbord (USP).

sistemas de valores, da “ciência”, das “crenças” dos atores. Nesse sentido, não estão preocupadas em se confrontarem com o passado, em “arrancar seu objeto do peso da tradição estética que exerceu, durante muito tempo, o monopólio sobre ela” (HEINICH, 2008, p. 145). Pelo contrário, dialogam, dentro do seu ponto de vista, com a história da literatura, com a estética, capturando-as e desafiando seus achados¹⁵.

Conclusões

Ao apresentar um olhar de sobrevoo sobre a produção teórico-metodológica da “sociologia da literatura”, observamos três grandes fontes nesses estudos: a crítica literária, a “estética sociológica” e as pesquisas históricas. As pesquisas realizadas nos cursos/departamentos de sociologias têm absorvido, em grande medida, essas fontes de estudos. Todas elas foram desenvolvidas principalmente pelas disciplinas humanísticas.

As duas primeiras traçam diferentes planos de entendimento sobre a literatura, mas comungam de uma mesma premissa: o fetichismo da obra, do texto literário. Privilegiam principalmente as obras selecionadas pela história da literatura. Em uma, há maior preocupação com “qualidades estéticas” e “análises estilísticas”; em outra, mesmo com a intenção de desidealizar e secularizar a obra - os fatos literários são “reduzidos” às condições extraliterárias - a literatura é tomada como algo que evidencia determinados aspectos do mundo social. Nessas duas primeiras vertentes, outras dimensões da experiência estética são excluídas da investigação, como o processo criador, o contexto, as modalidades de recepção. As pesquisas históricas, por sua vez, voltam-se para compreender formas de expressão de uma época, percursos intelectuais, status e identidade do artista, constituição de público, instituições sociais e culturais que viabilizam a criação da obra. São estudos fundamentados em documentos do passado.

Com a recente entrada de questões literárias nos cursos/departamentos de sociologia, a produção de pesquisas sobre o “mundo da literatura” multiplica e diversifica-se. Parte cada vez maior da produção acadêmica realizada nesses cursos não mais privilegia as obras selecionadas pela história da lite-

15 Exemplos são os trabalhos de Hans Ulrich Gumbrecht (“Atmosfera, ambiência, *stimmung*”, 2011), Franco Moretti (“Atlas of the european novel 1800-1900”, 1998), Wolfgang Iser (“O ato da leitura”, 1976; “O fictício e o imaginário”, 1991).

ratura e tampouco atribuem questões normativas ou de valor ao seu objeto de estudo.

As aqui chamadas de “novas sociologias” fornecem importantes recursos teórico-metodológicos para o entendimento do fenômeno literário. Isso se deve fundamentalmente as colocações de ordem ontológica e epistemológica sobre o “social” que elas levantam. De acordo com suas perspectivas teórico-metodológicas, preocupam-se principalmente com questões associadas ao conjunto de interações – redes de associações – entre autores, instituições e agentes (humanos ou não) que constituem, configuram o “mundo da literatura”. Com isso, a obra literária deixa de ser o ponto de partida ou de chegada para a pesquisa sociológica. O interesse é compreender as diferentes práticas envolvidas na constituição da literatura. São teorias que se preocupam com a sabedoria prática (“frônese”) nos distintos trajetos que enfeixam o fenômeno “literário” e não mais exclusivamente com o componente “interno”, centradas no discurso, no texto, da literatura ou tampouco com a abordagem “externa”, centrada nos contextos. Nesse sentido, a construção da literatura enquanto prática requer entendimentos sobre o escritor, a recepção, o público, o mercado, a impressão, as diferentes instituições que viabilizam, conservam, promulgam ou comercializam o produto literário. Assim, o entendimento sobre a constituição do “mundo da literatura” requer um diálogo com outros campos de saber, inclusive dentro da própria sociologia.

A maior inserção dos trabalhos sobre literatura nos cursos de sociologia tem contribuído, sem dúvida, para que essa área de pesquisa se torne mais autônoma, conquistando suas próprias reflexões teórico-metodológicas e, assim, emancipando-se da tutela dos estudos humanísticos. Mas é muito importante levar em consideração que essa autonomia é resultado não de uma disciplinarização específica da “sociologia da literatura”, mas fundamentalmente das diferentes interseções constantemente construídas pelos pesquisadores em ciências sociais. Se os trabalhos realizados nesses cursos absorvem, em diferentes graus, os estudos humanistas, por outro lado, também apresentam resultados que, por sua vez, são capturados por essas disciplinas. Daí advém a dificuldade de estabelecer uma identidade específica da “sociologia da literatura”. Como observam Botelho e Hoelz (2016), não é prerrogativa de nenhuma disciplina em particular. Situa-se na interface de diferentes disciplinas e de áreas dentro da própria sociologia.

Referências

- ALVES, Paulo C. (2010), A teoria sociológica contemporânea. Da superdeterminação pela teoria à historicidade. *Sociedade e Estado*, v. 25, n. 1, pp. 15-31.
- AMARAL, Gloria Carneiro. (2010), *Navette Literária França-Brasil. A crítica de Roger Bastide*, 2 vol. 1. ed. São Paulo: EDUSP.
- ARENDT, Hanna. (2000), *A condição humana*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- BOTELHO, André. (2002), *Aprendizado do Brasil*. 1. ed. Campinas: Editora da UNICAMP.
- BOTELHO, André; HOELZ, Maurício. (2016), Sociologia da literatura: da reflexão à reflexividade. **Tempo social**, v. 28, n. 3, pp. 263-287. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702016000300263&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 ago. 2017. <http://dx.doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2016.106017>.
- BOURDIEU, Pierre. (1979), *La distinction. Critique sociale du jugement*. 1. ed. Paris: Les Éditions de Minuit.
- BOURDIEU, Pierre. (1996), *As regras da arte. Gênese e estrutura do campo literário*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras.
- CANDIDO, Antônio. (2006 [1965]), *Literatura e sociedade*. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul.
- CHARTIER, Roger. (1990), *A história cultural, Entre práticas e representações*. 2. ed. Rio de Janeiro: Difel.
- CORCUFF, Philippe. (2001), *As novas sociologias. Construções da realidade social*. 1. ed. Bauru: EDUSC.
- ERICKSON, Paul A.; MURPHY, Liam. D. (2015), *História da teoria antropológica*. 1. ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- HEINICH, Natalie. (2008), *A sociologia da arte*. 1. ed. Bauru, SP: Edusc.
- KAPLAN, Abraham. (1975), *A conduta na pesquisa*. 1. ed. São Paulo: Edusp.
- LATOUR, Bruno. (2007), *Reassembling the social. An introduction to actor-network theory*. 1. ed. Oxford: Oxford University Press.
- LATOUR, Bruno. (2012), *Reagregando o social*. 1. ed. Salvador: UFBA; Bauru, SP: Edusc.
- LEPENIES, Wolf. (1996), *As três culturas*. 1. ed. São Paulo: EDUSP.
- MACHADO NETO, Antônio L. (1973), *Estrutura social da república das letras*. 1. ed. São Paulo: Grijalbo-EDUSP.

- MICELI, Sérgio. (1977), *Poder, sexo e letras na República*. 1. ed. São Paulo: Perspectiva.
- MICELI, Sérgio. (1979), *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. 1. ed. São Paulo: Difel.
- PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. (1976), Escravos e mobilidade vertical em dois romances brasileiros do século XIX. *Cadernos CERU*, v. 9, pp. 39-58.
- PICÓ, Josep. (2012), *Los años dorados de la sociología (1945-1975)*. 1. ed. Madri: Alianza Editorial.
- RITZER, Georg. (ed.). (1991), *Frontiers of social theory*. 1. ed. New York: Columbia University Press.
- SAPIRO, Gisèle. (2014), *La Sociologie de la Littérature*. 1. ed. Paris: La Découverte.
- SCHWARZ, Roberto. (1990), *Um Mestre na Periferia do Capitalismo. Machado de Assis*. 1. ed. São Paulo: Duas Cidades.
- SCHWARZ, Roberto. (2009). *As ideias fora do lugar*. Cultura e Política. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra.
- WEBER, Marianne. (1995), *Max Weber: a biography*. 3. ed. London/New Brunswick: Transaction Publishers.
- WEBER, Marianne. (1994), “Prefácio à segunda edição”. In: WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*, volume I. 2. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.
- WEBER, Max. (1995), *Os fundamentos racionais e sociológicos da música*. 1. ed. São Paulo: Edusp.
- WHITEHEAD, Alfred North. (2006), *A ciência e o mundo moderno*. 1. ed. São Paulo: Paulus.